

# Renegociação da dívida

Foi a forma de o Brasil fazer acordo com os bancos sem o aval do FMI: negociar

## só por dois anos

apenas a dívida vencida deste ano e a do próximo.

Reescalonamento da dívida de US\$ 15 bilhões, vencida este ano e a vencer em 1986, e prorrogação por um ano das linhas de financiamento de curto prazo, que terminariam a 17 de janeiro: esta a proposta que o governo formalizará aos bancos credores, segundo confirmaram ontem em Brasília o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, e o diretor da Dívida Externa, Antônio de Pádua Seixas.

Seixas estará retornando hoje à noite a Nova York para dar andamento às negociações que iniciou quinta e sexta-feira com o comitê assessor da dívida externa. Tanto ele quanto Bracher deixaram claro que esta renegociação de curto prazo atende aos interesses dos bancos que estão "inseguros" com a posição do País de dispensar o aval do FMI. Entretanto, os dois representantes do BC asseguraram que os credores tiveram "boas impressões" sobre o desempenho da balança comercial, que terá um superávit de US\$ 12,5 bilhões, o que é mais do que suficiente para saldar os juros.

Bracher afirmou que o mesmo expediente de renegociar a dívida de curto prazo será observado junto ao Clube de Paris, onde têm assento os presidentes de bancos centrais dos países ricos. Perguntado se o governo conseguiria acordos melhores com os bancos estrangeiros caso aceitasse o monitoramento do FMI, Seixas preferiu não responder.

O diretor de Dívida Externa admitiu que a decisão do governo de não assumir o pagamento dos débitos do Comind, do Auxiliar e do Maisonnave, contraídos via Resolução 63 junto aos bancos estrangeiros, no total de US\$ 415 milhões, está sendo um obstáculo à renegociação da dívida. Cerca de uma centena de bancos estão correndo o risco de perder parte destes recursos; o governo decidiu pagar 25% dos débitos, a partir de ontem. Antônio de Pádua Seixas informou que a parcela correspondente aos 25% ficará retida no Banco Central e será juntada ao restante da dívida a vencer em 1985 e 1986, e que está sendo renegociada.

Fernão Bracher salientou que os bancos credores só aceitariam renegociar a longo prazo se houvesse aval do FMI. Sem o Fundo, eles estão "inseguros"; admitiriam um acordo de longo prazo se a conjuntura internacional fosse mais favorável ao Brasil. Ele citou hipóteses que contribuiriam para isso: se os preços do petróleo baixassem ainda mais e se os preços dos produtos exportados pelo Brasil subissem no mercado. Diante da incerteza da conjuntura, o negócio mais seguro para os bancos será mesmo renegociar os pagamentos que o Brasil deveria fazer nos próximos dois anos.

Seixas se negou a revelar os detalhes de sua proposta aos bancos, principalmente com relação aos spreads (taxas de risco), e assinalou que não tem pressa de concluir as negociações, tanto que não informou a data do retorno, mas declarou que gostaria de voltar ao Brasil na sexta-feira e passar o Natal em família.

### "Posição cômoda"

O presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, classificou a posição dos credores de "bastante cômoda, porque o que mais interessa a eles é receber os juros da dívida e isso o País está conseguindo graças ao saldo da balança comercial, previsto em US\$ 12 bilhões para 1985 e 1986". Para Calazans, os bancos não deverão criar obstáculos à renegociação das linhas de financiamento de curto prazo nem ao pedido de prazos maiores para o início do pagamento do principal, "pois um acerto de longo prazo não interessa a eles, enquanto possa ser vantajoso para o Brasil".

Calazans disse que não é possível imitar a postura de Alan Garcia, presidente do Peru, que, ao tomar posse, anunciou que pagaria apenas o equivalente a 10% de suas exportações, o que vem sendo cumprido. Calazans apóia a decisão do Ministério da Fazenda de não assumir os débitos do Comind e Auxiliar junto aos bancos estrangeiros.